Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e ao Conselho de Administração Fundação Amazonas Sustentável

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Amazonas Sustentável ("Fundação" ou "FAS") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Amazonas Sustentável em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

São Paulo, 24 de março de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "S" AM

Celso Luiz Malimpensa

Contador CRC 1SP159531/O-o "S" AM

Índice

Balan	ços patrimoniais	2
	nstrações do superávit	3
Demo	nstrações das mutações no patrimônio líquido	4
Demo	nstrações dos fluxos de caixa	5
Notas	explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1	Contexto operacional	6
2	Resumo das principais políticas contábeis	8
	2.1 Base de preparação e apresentação	8
	2.2 Conversão de moeda estrangeira	8
	2.3 Caixa e equivalentes de caixa	9
	2.4 Imobilizado	9
	2.5 Fornecedores e outras contas a pagar	10
	2.6 Provisões	10
	2.7 Beneficios a empregados	10
	2.8 Convênios e programas	10
	2.9 Patrimônio social	10
	2.10 Apuração do superávit	10
3	Transição para o CPC para PMEs	11
	3.1 Base de transição para o CPC para PMEs	11
	3.2 Transição para CPC para PMEs	11
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	11
5	Títulos e valores mobiliários - classificados como ativo financeiro mensurado ao	
	valor justo por meio do resultado	12
	Valores a receber	13
	Outros ativos	13
8	Imobilizado e intangível	14
	Convênios e programas	15
	Receita diferida	17
	Receita com parcerias, contribuições e fundos	18
12	Despesas com os programas	19
	Despesas operacionais	19
	Receitas financeiras	20
	Partes relacionadas	20
	Cobertura de seguros	21
17	Compromissos futuros	21

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2010	2009	Passivo e patrimônio social	2010	2009
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 2.3)	654	834	Fornecedores e outras contas a pagar	75	27
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	69.882	63.605	Obrigações sociais e tributos a pagar	533	563
Valores a receber (Nota 6)	1.800	172	Convênios e programas (Nota 9)	321	257
Outros ativos (Nota 7)	1.318	590	Receita diferida (Nota 10)	5.802	4.855
	73.654	65.201		6.731	5.702
Não circulante			Não circulante		
Imobilizado (Nota 8)	2.333	2.276	Receita diferida (Nota 10)	10.269	11.772
Intangível (Nota 8)	81	93			
, ,			Patrimônio social		
	2.414	2.369	Patrimônio social	40.000	40.000
			Superávit acumulado	19.068	10.096
				59.068	50.096
Total do ativo	76.068	67.570	Total do passivo e patrimônio social	76.068	67.570

Demonstrações do superávit Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2010	2009
Receitas com parcerias, contribuições e fundos (Nota 11) Despesas com os programas, exceto pessoal (Nota 12)	27.319 (11.417)	21.797 (9.632)
Superávit	15.902	12.165
Despesas operacionais (Nota 13) Gerais e administrativas Pessoal Impostos e taxas	(2.748) (4.372) (32)	(2.634) (4.077) (587)
Superávit operacional antes do resultado financeiro	8.750	4.867
Receitas financeiras, líquidas (Nota 14)	222	95
Superávit do exercício	8.972	4.962

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio social Em milhares de reais

	Patrimônio social	Superávit	Total
Em 31 de dezembro de 2008	40.000	5.134	45.134
Superávit do exercício		4.962	4.962
Em 31 de dezembro de 2009	40.000	10.096	50.096
Superávit do exercício		8.972	8.972
Em 31 de dezembro de 2010	40.000	19.068	59.068

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2010	2009
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Superávit do exercício	8.972	4.962
Ajustes e despesas não envolvendo caixa	000	040
Depreciação e amortização	223 35	210
Ajuste da vida útil do imobilizado Prejuízo na venda de imobilizado	10	8
	9.240	5.180
Variações no capital circulante		
Valores a receber	(1.628)	9.828
Outros ativos	(728)	446
Fornecedores e outras contas a pagar	48	(31)
Obrigações sociais e tributos a pagar Convênios e programas	(30) 64	233 (331)
Receita diferida	(556)	(3.858)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	6.410	11.467
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(313)	(1.340)
Aplicações em títulos e valores mobiliários (Nota 5)	(14.206)	(10.530)
Resgate de títulos e valores mobiliários	7.929	
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(6.590)	(11.870)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(180)	(403)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	834	1.237
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	654	834

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Fundação Amazonas Sustentável ("Fundação" ou "FAS") é uma entidade sem fins lucrativos constituída em 8 de fevereiro de 2008. Os objetivos da FAS são a promoção da assistência social, por meio de apoio a projetos relacionados a geração de renda, ao desenvolvimento do saneamento, saúde, educação e turismo baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável; e o desenvolvimento e administração de programas e projetos de mudanças climáticas, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Sua atuação tem foco na gestão dos serviços ambientais das Unidades de Conservação sob administração do Estado do Amazonas.

(a) Missão

A missão da FAS é promover o desenvolvimento sustentável, conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das comunidades moradoras e usuárias das unidades de conservação do Amazonas.

As ações estão voltadas para a redução do desmatamento, erradicação da pobreza, apoio à organização social, melhoria dos indicadores sociais e geração de renda baseada em atividades sustentáveis nas unidades de conservação estaduais.

(b) Programa Bolsa Floresta

A FAS tem como prioridade a implementação do Programa Bolsa Floresta (PBF) nas suas diferentes modalidades: associação, familiar, renda e social.

É o primeiro projeto no País e no mundo criado para recompensar as populações tradicionais e indígenas pela manutenção dos serviços ambientais prestados pelas florestas tropicais.

Serviços ambientais são os benefícios prestados pelas florestas em pé, como a estabilidade do clima, manutenção das chuvas, armazenamento de carbono nas árvores e conservação das plantas e animais (biodiversidade).

Em 31 de dezembro de 2010, 7.683 famílias estavam cadastradas para os benefícios do PBF. As ações estão em curso em 15 Unidades de Conservação (UC). As famílias recebem direta ou indiretamente o benefício dependendo em qual componente está cadastrada.

A FAS organiza e empreende os PBF por meio de projetos específicos com as Associações de Moradores das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas. Estes projetos são realizados em parceria com os moradores da região.

(c) Componentes do Programa Bolsa Floresta

O Programa Bolsa Floresta (PBF) está organizado sob quatro componentes:

- (i) Bolsa Floresta Renda (BFR) que incentiva a inserção das populações locais nas cadeias produtivas de produtos florestais sustentáveis, como castanhas, madeira manejada, espécies frutíferas, pesca, entre várias opções, de acordo com a vocação economicamente viável em cada UC.
- (ii) Bolsa Floresta Social (BFS), destinado à melhoria da educação, saúde, comunicação e transporte; como elementos fortalecedores para a construção da cidadania dos guardiões da floresta.

 $\begin{array}{l} \text{6 de 21} \\ \text{G:}\backslash \text{DEZ}\backslash \text{FAS10.DEZ.MOD} \end{array}$

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Bolsa Floresta Associação (BFA), destinado às associações dos moradores das unidades de conservação para fortalecer a organização e o controle social do Programa.
- (iv) Bolsa Floresta Familiar (BFF). É uma recompensa mensal de R\$ 50,00, paga às mães de famílias residentes nas unidades de conservação dispostas a assumir um compromisso com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, mantendo a floresta em pé. Esse montante é depositado em uma contacorrente e resgatado pelas beneficiárias com um cartão de débito bancário dado pela Fundação. Em 31 de dezembro de 2010, o total de famílias que se beneficiavam do Programa Bolsa Floresta Familiar era de 7.215.

(d) Programas de apoio

Em complemento ao Programa Bolsa Floresta, a FAS empreende diversas ações de apoio a implementação aos projetos. Estas ações estão coordenadas sob cinco eixos de atividades: Educação e Saúde, Valorização das Cadeias Produtivas; Monitoramento e Desenvolvimento Científico.

As atividades de apoio a Educação e Saúde são representadas pelos Núcleos de Conservação e Sustentabilidade (NCS) com programas de ensino as populações locais, residentes nas UCs, integrando currículos formais de educação com conhecimentos locais que potencializem o uso sustentável dos recursos locais. Nos NCSs há infraestrutura para os alunos professores residirem por longos períodos, possibilitando a oferta de estudos de qualidade às populações distantes dos centros de educação.

Em complemento aos projetos de geração de renda nas UCs, a FAS desenvolve projetos específicos junto a parceiros nas cadeias produtivas de produtos locais em base sustentáveis. Estes projetos compreendem apoios a capital de giro, comercialização, estruturação de unidades de beneficiamento, entre outros.

As atividades de monitoramento compreendem um sistema de detecção de desmatamento nas UCs atendidas pela FAS, através do uso de imagens em parcerias com organizações especializadas em sua geração, bem como a observação local em cada comunidade. O desmatamento evitado é um bem de relevante importância para a estratégia da FAS de promover a floresta em pé. Para a viabilização do valor econômico da floresta, a FAS desenvolve um programa de desenvolvimento científico com base no conceito de Redução de Emissões por Degradação e Desmatamento (REDD).

(e) Programa Juma

O projeto para Redução de Emissões por Degradação e Desmatamento (REDD) da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Juma tem o objetivo de conter o desmatamento e suas respectivas emissões de gases de efeito estufa em uma área sujeita à grande pressão de uso da terra no Estado do Amazonas.

Esse projeto tem a parceira da Rede de Hotéis Marriott International, com suporte à sua implementação, com garantia de investimentos anuais de US\$ 500 mil durante os quatro primeiros anos, combinando receitas providas de seus hóspedes e clientes corporativos, bem como de entidades parceiras com propósitos de colaboração para o Programa Juma. Os recursos obtidos até 31 de dezembro de 2010, permitiram à FAS, em coordenação com o Governo do Amazonas, implementar todas as medidas necessárias ao controle e monitoramento do desmatamento dentro dos limites do projeto e seu entorno, além de reforçar o cumprimento das leis e melhorar as condições de vida das comunidades locais.

Com a implementação do projeto, a previsão é de resultar, até 2050, na contenção do desmatamento de cerca de 329.483 hectares de floresta tropical, correspondendo à emissão evitada de 189.767.027 toneladas de CO2 para a atmosfera.

7 de 21 G:\DEZ\FAS10.DEZ.MOD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de setembro de 2008, o Projeto de REDD da RDS do Juma foi validado seguindo os critérios da certificação *Climate, Community and Biodiversity Alliance* (CCBA) (Aliança Clima, Comunidade e Biodiversidade) emitido pela certificadora alemã TÜV SÜD, que concedeu ao projeto o padrão de qualidade GOLD, o primeiro do mundo a ser incluído nesse padrão. Atualmente o projeto se encontra ao final do processo de validação também pelo protocolo *Verified Carbon Standard* (VCS).

Em continuidade ao Programa Juma, a FAS desenvolve os programas de verificação de créditos de REDD em novas UCs no Estado do Amazonas, em parceria com a SDS e demais parceiros. Estes projetos requerem extensa pesquisa e formulação de metodologias para a obtenção futura dos certificados REDD conforme obtido para a RDS do Juma.

As demais atividades de relevância da FAS compreendem a colaboração técnica-jurídica para a formulação de políticas públicas orientadas à viabilização do mecanismo REDD como efetivo instrumento de recursos para a conservação de florestas; e atividades de cooperação internacional entre nações em desenvolvimento, principalmente na África, com intercâmbio de experiências em programas de conservação orientados ao REDD. Estas atividades são denominadas Colaboração Sul-Sul. Finalmente a FAS participa ativamente de fóruns mundiais de discussão de REDD tais como as Reuniões de Conferencia das Partes sobre o Protocolo do Clima (COPs) e eventos de relevância para a difusão do conceito de valorização econômica das florestas, via pagamento de serviços ambientais.

A FAS implementa seus programas e projetos com equipe e corpo de empregados próprios, sediada em Manaus, Amazonas, com bases de apoio e núcleos de conservação e sustentabilidade no interior do estado; e escritório em São Paulo, capital.

2 Resumo das principais políticas contábeis

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras preparado pela Fundação de acordo com o CPC PME, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PMEs. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto as aplicações financeiras, que estão pelo valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Fundação no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (Real brasileiro). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Fundação e, também, a sua moeda de apresentação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Operações e saldos

As transações em moeda estrangeira, representadas por recebimento de doações são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com as doações são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Receitas financeiras, líquidas".

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Sobre o montante informado de R\$ 654 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 564 referem-se a valores disponíveis na conta-corrente do Programa Bolsa Floresta Familiar, disponíveis para as famílias beneficiárias, de acordo com a soma dos saldos individuais de depósitos menos saques.

2.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante as vidas úteis, que é estimada como segue:

- . Imóveis 25 anos.
- . Instalações quatro anos.
- . Máquinas e equipamentos quatro anos.
- . Móveis, utensílios e equipamentos dez anos.
- . Veículos quatro anos com valor residual, em torno de 1/5 do valor original.
- . Benfeitorias dois anos e três meses.
- . Equipamentos de telefonia dez anos.
- . Direitos de uso de software cinco anos.
- . Embarcações dez anos.

Os valores residuais e a vida útil das linhas acima foram revistos no segundo semestre de 2010, por ocasião da adequação das demonstrações financeiras. Foram alteradas a vida útil das linhas de instalações, máquinas e equipamentos, veículos e embarcações.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado (Nota 8).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na linha de despesas "Gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

2.5 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetários incorridos.

2.6 Provisões

Não há provisões para ações judiciais. A Fundação não tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; nem provável saída de recursos necessária para liquidar uma obrigação. Não há provisões para reestruturação e multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. Na eventualidade da Fundação reconhecer uma provável saída de recursos pelas razões acima, as provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.7 Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos aos empregados são plano de saúde e plano odontológico, inclusive aos seus dependentes legais, sendo todo o custo dos planos pago pela Fundação. Demais benefícios concedidos compreendem um plano de Seguro de Vida; e Vale-transporte, Refeição ou Alimentação, seguindo as exigências trabalhistas. Adicionalmente a Fundação mantém um seguro de vida em grupo com cobertura para todas as atividades de campo.

A Fundação não tem planos de pagamentos a funcionários por bonificação nem distribuição de recursos oriundos de excedentes superavitários. Ao superintendente geral é concedido um plano de previdência particular na modalidade contribuição definida em 4% do salário bruto com exigência de aporte similar pelo funcionário.

2.8 Convênios e programas

As obrigações decorrentes dos convênios e programas são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

2.9 Patrimônio social

É representado pelas doações iniciais, acrescidas do superávit acumulado durante os exercícios. O patrimônio social inicial da Fundação foi formado pelas doações de R\$ 20.000 de cada um de seus instituidores, Governo do Estado do Amazonas e Banco Bradesco S.A., totalizando R\$ 40.000.

2.10 Apuração do superávit

Receitas com parcerias e contribuições

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

10 de 21 G:\DEZ\FAS10.DEZ.MOD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas de doações relativas a parcerias e patrocínios são reconhecidas mensalmente no resultado a medida que são usados para custear as atividades dos programas socioambientais desenvolvidos pela Fundação.

Também estão incluídos como receita da Fundação, os rendimentos do Fundo de Investimento Multimercado Fundação Amazonas Sustentável (Fundo Permanente) (Nota 5), dada a natureza desse Fundo de prover receitas permanentes ao Programa Bolsa Floresta Familiar, por meio de seus rendimentos.

3 Transição para o CPC para PMEs

3.1 Base de transição para o CPC para PMEs

Aplicação do CPC para PMEs

As demonstrações financeiras da Fundação relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com as políticas contábeis do CPC para PMEs.

3.2 Transição para CPC para PMEs

(a) Ativo imobilizado

Os ajustes realizados refletem a reavaliação da vida útil das seguintes categorias:

- . Instalações de dez para quatro anos.
- . Máquinas e equipamentos de dez para quatro anos.
- . Veículos de cinco para quatro anos com valor residual, em torno de 1/5 do valor original.
- . Embarcações de 20 para dez anos.

(b) Intangível

A categoria de ativos imobilizados denominada "Direitos de uso" foi reclassificada para ativos intangíveis, refletidos nesta categoria os *softwares* adquiridos pela Fundação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

(a) Receitas diferidas

As receitas diferidas referem-se aos valores de contratos de patrocínios recebidos antecipadamente pela Fundação e que serão reconhecidos como receita no resultado dos exercícios ao longo do prazo do contrato. Em alguns casos não é praticável a apropriação da receita com os custos de forma direta, mas considerando um prazo médio da aplicação dos recursos, prazo este utilizado para a apropriação das receitas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Vida útil do imobilizado

A vida útil dos ativos foi revista considerando a melhor estimativa que a administração tem para cada uma das linhas registradas no imobilizado, considerando estudos realizados internamente.

(c) Agente versus principal

A administração da Fundação entende que eles têm suficiente autonomia para aplicação das doações e contribuições recebidas. Mesmo no caso de alguns convênios onde há uma especificação maior, a Fundação se reserva no direito de analisar os fatos e circunstâncias e incluir ou excluir beneficiários desses convênios. A autonomia da Fundação considera inclusive a discussão direta da Fundação com as comunidades, onde se realizam reuniões para definir para onde serão destinadas as doações para os quatro componentes da Bolsa Floresta. Dessa forma, em 2009 e 2010, a administração entende que atuou como principal em todos os seus projetos.

5 Títulos e valores mobiliários - classificados como ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado

Referem-se aos fundos de investimentos mantidos sob administração do Bradesco Asset Management (BRAM), distribuídos da seguinte forma:

	2010	2009
Fundo de Investimentos Multimercado FAS (i) Fundo de Investimento Referenciado DI Premium (ii) Fundo Referenciado DI Federal (iii) Fundo de Investimento Referenciado DI Rubi (iv)	65.442 2.926 1.421 93	63.095 509
	69.882	63.605
Rendimentos das aplicações financeiras		
	2010	2009
Fundo de Investimentos Multimercado FAS (i) (Nota 11) Fundo de Investimentos Referenciado DI Premium (ii) (Nota 14) Fundo Referenciado DI Federal (iii) (Nota 14) Fundo de Investimentos Referenciado DI Rubi (iv) (Nota 14)	6.470 76 130 16	5.087 75 5 15
	6.692	5.182

Observação: em 2009, os rendimentos apresentados são líquidos de imposto de renda na fonte. A partir de setembro de 2009, a Fundação se caracterizou como imune aos impostos sobre rendimento de aplicações financeiras.

(i) O Fundo de Investimentos em Renda Fixa Fundação Amazonas Sustentável (FI RF FAS) é exclusivo da Fundação. Suas aplicações estão alocadas em Renda Fixa, em títulos públicos (LFTS, NTN, operações compromissadas - 2010 - 89,8% e 2009 - 100%) e Renda Variável (ações em carteira

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

própria - 2010 - 10,2%). Seus recursos se destinam, exclusivamente, ao pagamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Floresta. A política financeira da Fundação é fazer uso apenas dos rendimentos do fundo, protegendo seu valor principal, possibilitando sua perenidade como fonte pagadora dos benefícios ao Programa Bolsa Floresta.

- (ii) O Fundo de Investimentos Referenciado Premium DI contém saldos de valores para manutenção das necessidades de caixa da Fundação e investimentos sobre os recursos recebidos da Rede de Hotéis Marriott e da Samsung, recebidos no segundo semestre de 2010 (Nota 10).
- (iii) Esse fundo contempla os recursos recebidos do BNDES/Fundo Amazônia, destinados ao Programa Bolsa Floresta, em seus componentes Renda e Associação. O saldo apresentado será desembolsado até abril de 2011, quando será recebido novo recurso para 12 meses, de acordo com o Contrato de Colaboração Financeira com o BNDES.
- (iv) Esse fundo contempla o saldo do recursos recebidos do Governo do Amazonas, para a construção de um Receptivo Indígena na margem esquerda do Rio Negro. A construção é estimada de ser finalizada no primeiro trimestre de 2011. O saldo desta conta em 2010, dizia respeito a um resíduo de recursos recebidos da Rede de Hotéis Marriott International, aplicados em projetos e atividades na RDS do Juma.

6 Valores a receber

Em 31 de dezembro de 2010, o valor de R\$ 1.800 refere-se a recebimentos de doações de patrocínio previstas em contrato assinado com a empresa Samsung. Os valores foram integralmente recebidos em 28 de janeiro de 2011.

7 Outros ativos

	2010	2009
Convênios		
Programa Bolsa Floresta (i)	599	287
AFEAM (ii)		194
Adiantamentos		
Fornecedores e terceiros (iii)	535	15
Férias	88	47
Despesas antecipadas	67	24
Impostos a recuperar	29	23
	1.318	590

- (i) Em relação aos Convênios do Programa Bolsa Floresta, os valores em adiantamento representam a soma dos repasses efetuados, cujos recursos se encontram em execução junto às Associações de Moradores das UCs, beneficiárias dos projetos do Programa Bolsa Floresta. Estes recursos têm movimento constante de prestação de contas com consequente baixa dos adiantamentos para as contas de despesas de projetos.
- (ii) Os valores relativos à AFEAM foram saldados em 2010, com o término do convênio. Ver Nota 9.
- (iii) Referem-se, em sua maioria, a adiantamentos para compras de equipamentos e insumos, prestações de serviços e despesas de viagens, todos para execução dos projetos e programas de apoio do Bolsa Floresta.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Imobilizado e intangível

(a) Imobilizado

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Benfeitorias	Embarcações	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2008 Aquisição Alienação	700	350	66 6	137 7	249 11	153 18	198 73 (8)	54	165 27	1.022 1.192 (8)	175 82	1.197 1.274 (8)
Transferências Depreciação	150	<u>(9</u>)	(7)	(15)	(27)	(37)			25 (11)	175 (187)	(175)	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	850	341	65	129	233	134	214	22	207	2.195	81	2.276
Custo total Depreciação acumulada	850	350 (9)	76 (11)	150 (21)	274 (41)	187 (53)	284 (70)	70 (48)	218 (11)	2.459 (264)	81	2.540 (264)
Valor residual	850	341	65	129	233	134	214	22	207	2.195	81	2.276
Saldos em 31 de dezembro de 2009 Aquisição Alienação Transferências	850	341	65 4	129 5	233 4	134	214 22 (10) 2	22 78 (78)	207	2.195 113 (10) (76)	81 200 64	2.276 313 (10) (12)
Ajuste da vida útil Depreciação		(14)	(11)	(19)	(28)	(35) (38)	(55)	(22)	(12)	(35) (199)		(35) (199)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	850	327	58	115	209	61	173		195	1.988	345	2.333
Custo total Depreciação acumulada	850	350 (23)	80 (22)	155 (40)	278 (69)	152 (91)	298 (12 <u>5</u>)	70 (70)	218 (2 <u>3</u>)	2.451 (46 <u>3</u>)	345	2.796 (46 <u>3</u>)
Valor residual	850	327	58	115	209	61	169		195	1.988	345	2.333
Taxas anuais de depreciação - %		4	25	10	10	25	20	45	10			

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Intangível

Saldos em 31 de dezembro de 2008	50
Composição Custo total Amortização acumulada	55 (<u>5</u>)
Valor residual	50
Movimentação do ano de 2009 Aquisição Amortização	66 (22)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	94
Composição Custo total Amortização acumulada	121 (27)
Valor residual	94
Movimentação do ano de 2010 Aquisição Amortização Transferências	(24) <u>11</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	81
Composição Custo total Amortização acumulada	132 (51)
Valor residual	81
Taxas anuais de amortização - %	20
O intangível trata-se de <i>softwares</i> adquiridos.	

9 Convênios e programas

(a) Saldos

A Fundação exerce as atividades relacionadas ao Programa Bolsa Floresta e demais programas de apoio por meio de projetos com as associações de moradores das unidades de conservação do Estado do Amazonas para execução do Programa Bolsa Floresta, em seus componentes Renda, Social e Associação. Todos os projetos têm planos de trabalho mediante a celebração de convênios com as associações.

15 de 21 G:\DEZ\FAS10.DEZ.MOD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, a Fundação mantém convênios de parcerias com secretarias e órgãos do Governo do Estado do Amazonas, bem como com demais instituições com atuação complementar aos seus programas. Os saldos em aberto em 31 de dezembro são referentes aos seguintes convênios e programas:

	2010	2009
Programa Bolsa Floresta Familiar (i)	263	112
Programa de Desenvolvimento de Etnoturismo - SDS (ii) Programa Bolsa Floresta AFEAM (iii)		145
	321	257

(i) Estes são os valores das obrigações da Fundação com as famílias assistidas pelo Programa Bolsa Floresta Familiar, que não efetuaram os saques dos recursos. Este valor segue o regime de competência contábil do resultado da soma dos valores depositados a disposição das famílias beneficiárias menos o valor não sacado, considerando sempre um mês anterior ao pagamento. A composição dos valores não sacados pelas famílias beneficiárias em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

Valores em conta-corrente ou em investimento (Nota 2.3)	564
Valor em passivo circulante	(26 <u>3</u>)
Valor disponível na folha de janeiro de 2011	301

- (ii) O valor informado contempla o saldo do valor recebido pelo convênio celebrado com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas para o desenvolvimento do Etnoturismo, consistindo na construção de um alojamento de Selva Indígena na margem esquerda do Rio Negro, na comunidade de Santa Maria. As obras do alojamento estão programadas para se encerrarem no primeiro trimestre de 2011.
- (iii) O objetivo desse convênio foi permitir a continuidade dos pagamentos mensais a 971 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Floresta iniciado pelo Governo do Estado do Amazonas, anteriormente ao início das operações da Fundação. Os valores são pagos via repasses mensais por meio da Agência de Fomento do Governo do Amazonas (AFEAM). O convênio foi encerrado em abril de 2010, quando a Fundação assumiu diretamente o pagamento das 971 famílias, junto com as demais já sob sua administração.

(b) Compromissos futuros (não auditado)

Os referidos convênios mencionados na nota acima, representam compromissos financeiros da Fundação com seus parceiros. Os valores correspondentes a esses compromissos não estão refletidos no balanço patrimonial, em virtude dos convênios celebrados serem referentes a obrigações futuras da Fundação com cada uma das associações e demais parceiros. Os valores em 31 de dezembro estão demonstrados conforme a seguir:

	2010	2009
Programa Bolsa Floresta Renda (i)	3.830	1.453
Programa Bolsa Floresta Social (ii)	3.727	1.312
Programa Bolsa Floresta Associação (iii)	1.083	260
Demais convênios		5
	8.640	3.030

(i) Incentiva a inserção das populações locais nas cadeias produtivas de produtos florestais sustentáveis como castanhas, pesca manejada, madeira manejada, frutas, óleos e demais. Os planos de trabalho são preparados de acordo com as vocações locais sobre as melhores opções de geração de renda e inserção comunitária nas cadeias produtivas locais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Destinado à melhoria da qualidade de vida das comunidades com investimentos locais em educação, saúde, comunicação e transporte, visando, principalmente, o fortalecimento da cidadania local. Os planos de trabalho são preparados de acordo com as necessidades levantadas pelas associações em reuniões comunitárias com as equipes da Fundação.
- (iii) Destinado às associações dos moradores das unidades de conservação para fortalecer sua organização e controle social do Programa, mediante planos elaborados em conjunto com as equipes da Fundação.

(c) Avaliação dos repasses às associações

A Fundação analisa as prestações de contas sobre os repasses realizados às associações de moradores considerando critérios mínimos de aceitabilidade das contas de acordo com os fins destinados nos projetos bem como os requerimentos fiscais e contábeis. A Fundação tem como prática não realizar nenhum novo adiantamento, caso o anterior não esteja com a sua prestação de contas aprovada. Na eventualidade de uma prestação de conta não obedecer os critérios de uso e/ou fiscais e contábeis são tomadas medidas corretivas junto a entidade beneficiária até o acerto das pendências observadas.

10 Receita diferida

	2010	2009
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. (Coca-Cola) (i) Samsung (ii)	11.772 3.484	15.808
Rede de Hotéis Marriott International e parceiros (iii)	81 <u>5</u>	819
	16.071	16.627
Circulante	(5.802)	(4.855)
Não circulante	10.269	11.772

- (i) Refere-se ao contrato de patrocínio ambiental firmado entre a Fundação e a Coca-Cola no montante de R\$ 20.000 com duração de cinco anos. O valor é integralmente destinado ao Programa Bolsa Floresta e vem sendo reconhecido como receita no resultado dos exercícios ao longo do prazo do contrato, a medida que os recursos são aplicados.
- (ii) O contrato com a Samsung prevê o uso de recursos para a construção de um Núcleo de Conservação e Sustentabilidade na APA Rio Negro e recursos para a sua manutenção; recursos para programas de apoio na APA; e aporte de R\$ 1.000 no Fundo Permanente (Fundo MM FAS) para pagamento de benefício Bolsa Floresta Familiar respectivo a 100 famílias residentes na APA Rio Negro. As receitas deste contrato serão diferidas durante sua execução, exceto o valor para o Fundo Permanente, que será recebido em 2011, se converte em receita total devido a sua natureza de fonte pagadora do Programa Bolsa Floresta Familiar às 100 famílias.
- (iii) Refere-se aos valores recebidos da Rede de Hotéis Marriott International e parceiros do Programa Juma (Tauck Foundation e Operadora Renaissance de Hotéis) com recursos aplicados integralmente no programa de atividades da RDS do Juma. Os valores originados em dólares norte-americanos são repassados pela Community Foundation for the National Capital Region (CFNCR). Os valores recebidos em reais foram recebidos da Operadora São Paulo Renaissance; bem como uma parcela menor da P3 Administração em Complexos Imobilários Ltda.

Todos os valores recebidos provenientes de contratos com vigências superiores a um mês são diferidos no passivo, segregado entre circulante e não circulante, e reconhecidos como receita em parcelas mensais conforme estabelecido nos contratos com as empresas patrocinadoras e doadoras e de acordo com a sua aplicação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Receita com parcerias, contribuições e fundos

	2010	2009
Receitas com parcerias e contribuições		
Bradesco (i)	11.030	10.535
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. (Coca-Cola) (ii)	4.036	4.036
BNDES (iii)	3.990	
Rede de Hotéis Marriott International e parceiros (iv)	919	1.050
Samsung (v)	467	
Governo do Estado do Amazonas/SDS (vi)	160	
Demais receitas (vii)	247	655
	20.849	16.276
Rendimentos do Fundo Permanente - Programa Bolsa		
Floresta Familiar (viii)	6.470	5.521
	27.319	21.797

- (i) Parceria entre Bradesco e FAS, de acordo com protocolo de intenções e contrato firmado entre o Banco Bradesco S.A. e a Fundação com duração de cinco anos até fevereiro de 2013. Segundo o contrato, o Bradesco colabora anualmente com a Fundação no valor de R\$ 10.000, corrigidos anualmente pelo IPCA. Os recursos recebidos do Bradesco se destinam ao Bolsa Floresta Social, Programas de Apoio, Projetos Especiais, Custeio e investimentos em Captação de Recursos.
- (ii) Reconhecimento de parte da receita diferida do contrato com a Coca-Cola no montante de R\$ 20.000, que foram recebidos em dezembro de 2008, e aplicados integralmente no Fundo Permanente.
- (iii) Referente ao Programa Bolsa Floresta Renda e Associação, de acordo com contrato de colaboração financeira firmado com a FAS.
- (iv) Receita reconhecida de acordo com o contrato firmado com a Rede de Hotéis Marriott International e parceiros os valores diferidos mensais, recebidos em 2010 e novas contribuições de parceiros, conforme descritas na Nota 10.
- (v) Samsung Reconhecida como receita no exercício R\$ 467. O saldo da receita está no diferido. O contrato com a Samsung prevê o apoio à FAS na APA Rio Negro com a construção e manutenção de um Núcleo de Sustentabilidade, Programas de Apoio e o aporte de R\$ 1.000 no Fundo Permanente com o pagamento do Bolsa Floresta Familiar para 100 famílias residentes na APA de forma permanente.
- (vi) Receita reconhecida relativa à parcela de despesas empregadas na construção de um receptivo indígena e demais componentes conforme convênio.
- (vii) As demais receitas s\u00e3o segregadas entre nacionais e internacionais. Internacionais: foram recebidas do International Institute for Environment and Development, Tauck Foundation e Mitsubishi UFJ Asset Management; Nacionais: recebidas da PwC, VR Desenvolvimento e outras.
- (viii) A receita para o Programa Bolsa Floresta Familiar é auferida dos rendimentos do Fundo MM FAS. Estes rendimentos, líquidos, são incluídos nas receitas gerais da Fundação pelas características de representarem uma fonte permanente e exclusiva ao pagamento das famílias beneficiárias do programa. O excedente de rendimentos não utilizados é capitalizado no valor principal do Fundo, promovendo sua valorização para correção inflacionária de seu valor.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Despesas com os programas

	2010	2009
Bolsa Floresta Familiar	4.068	3.480
Bolsa Floresta Renda, Associação e Social		
Doações de imobilizado e obras de infraestrutura nas		
unidades de conservação (i)	2.763	2.789
Desembolsos diretos em convênios (ii)	2.730	1.603
Despesas de campo e mobilização Bolsa Floresta	1.068	817
Viagens, deslocamentos, logística, diárias, estadias	370	464
Consultorias técnicas (Bolsa Floresta, Projetos Especiais)	201	144
Publicações	168	215
Seminários e eventos	49	120
	11.417	9.632

As despesas com viagens, deslocamentos, logística e diárias, são apropriadas aos programas a razão de 35% do valor total desta linha de despesas. Os demais 65% estão considerados nas despesas operacionais.

As despesas de seminários e eventos são apropriadas aos programas a razão de 40% do valor total desta linha de despesas. Os demais 60% estão considerados nas despesas operacionais.

As despesas de publicações são apropriadas aos programas a razão de 50% do valor total desta linha de despesas. Os demais 50% estão considerados nas despesas operacionais.

- (i) As doações de imobilizado referem-se as obras e benfeitorias entregues nas UCs Juma, Uatumã, Mamirauá e Rio Negro, compreendendo Núcleos de Conservação com escola, casa do professor, posto de saúde, alojamento de alunos, base do Programa Bolsa Floresta; e benfeitorias de calçamento, eletrificação, rede de água, centro comunitário e demais.
- (ii) Os desembolsos diretos em Convênios compreendem a execução dos planos de trabalho dos Programas Bolsa Floresta Renda, Associação e Social junto as Associações de Moradores das UCs.

13 Despesas operacionais

	2010	2009
Gerais e administrativas		
Viagens, deslocamentos, logística, diárias, estadias	688	853
Demais despesas administrativas e gerais	609	413
Comunicações (fixa, celular, Internet, serviço <i>clipping</i>) e informática	478	392
Infraestrutura, escritório	473	325
Depreciação de imobilizado	234	210
Materiais gráficos, marketing, comunicações	167	222
Seminários e eventos	74	180
Programas de treinamento	25	39
	2.748	2.634
Pessoal		
Remuneração dos colaboradores	2.285	2.205
Encargos e obrigações	819	819
Beneficios	655	519
Provisões	613	534
	4.372	4.077

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009
Impostos e taxas Impostos e taxas diversas Imposto de renda sobre aplicações financeiras	32	97 490
	32	587

14 Receitas financeiras

Referem-se às receitas de rendimentos líquidos auferidos dos fundos de investimento contendo recursos recebidos de todas as fontes de recursos que não são do Fundo Permanente, conforme abaixo:

		2009
Fundo Referenciado DI Federal Fundo de Investimentos Referenciado DI Premium Fundo de Investimentos Referenciado DI Rubi	130 76 16	5 75 <u>15</u>
	222	95

15 Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

	2010	2009
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa (Bradesco) (Nota 2.3)	652	832
Títulos e valores mobiliários (Bradesco) (Nota 5)	69.882	63.605
	70.534	64.437
Passivo		
Convênios e programas (Secretaria de Desenvolvimento		
Sustentável do Estado da Amazônia) (Nota 9)	67	145
	67	145
Receitas (Nota 11)		
Doações		
Bradesco - contrato de parceria Governo do Estado do Amazonas - convênio SDS	11.030	10.535
Fundos (Bradesco) (Nota 11(iii))	160 6.470	5.095
1 midos (Bradesco) (Nota 11(m))		5.095
	17.660	15.630

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O Presidente do Conselho de Administração, membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e Consultivo, assim como o Diretor Estatutário, exercem suas atividades de forma voluntária, sem receber nenhuma remuneração e benefícios.

20 de **21** G:\DEZ\FAS10.DEZ.MOD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os membros da administração responsáveis pela implementação das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração, que são os superintendentes, gerentes e coordenadores seniores, perceberam em 2010 a remuneração global de R\$ 1.314 mil.

16 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre os bens da Fundação foi considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Ramo	Cobertura
Seguros de vida	1.857
Seguros de veículos	120
Seguro predial (sede)	2.050

17 Compromissos futuros

A Fundação assinou contrato com o Banco Mundial em 24 de novembro de 2010 para organizar um Programa de Desenvolvimento de Capacidade Sul-Sul ligando cinco países da Bacia do Congo e Madagascar a experiências de Manejo Florestal comunitário e REDD+ do Brasil e México.

O valor total do contrato é de US\$ 268.500, compreendendo viagens, treinamento, publicações e demais produtos orientados a integração das experiências de REDD+ da FAS no Amazonas junto aos países africanos parceiros no projeto. As atividades foram marcadas para início de 2011.

Em 2010 a Fundação não havia incorrido em gastos ou recebido doações em relação a esse projeto.

* * *